



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

PROCESSO Nº: 00600-00000674/2020-11-e

JURISDICIONADAS: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

ASSUNTO: Representação

VALOR ENVOLVIDO: R\$ 5.092.313,27

EMENTA: Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36. Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Decisão nº 1225/2020: conhecimento e diligências. Juntada do Ofício nº 586/2020 – GPCF. Representação incidental apresentada por membro da CLDF.

Nesta fase: exame de admissibilidade. Unidade Técnica manifesta-se pelo conhecimento da Representação e concessão de prazo para esclarecimentos. **Voto convergente.**

Versam os autos, inicialmente autuados para tratar de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Mané Garrincha, para criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.

Incidentalmente, o Exmo.^o Sr. Deputado Distrital Leandro Grass, apresentou Representação com objetivo de avançar na fiscalização relacionada ao processo de dispensa de licitação que ensejou na contratação da empresa Contarp Engenharia Ltda. para a adequação do Estádio Mané Garrincha para a implementação do aludido hospital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

O Corpo Técnico, em síntese, expõe o teor da Representação mediante a Informação n.º 91/2020 – DIASP1 (peça 62), nos seguintes termos:

- *exíguo prazo entre a publicação do “Aviso de Abertura de Dispensa de Licitação” (edição extra do DODF de 2.4.2020) e a data para a apresentação de propostas (até as 15h do dia 3.4.2020);*
- *não disponibilização para acesso público do respectivo Processo SEI-SES/DF que tratou do certame, o que teria dificultado a verificação dos “detalhes da proposta e o objeto a ser contratado e efetivamente realizado”;*
- *provável divulgação do respectivo Projeto Básico somente após a celebração do Contrato, sendo que apenas neste primeiro documento constavam os requisitos de apresentação de proposta e contratação e a qualificação técnica das empresas concorrentes, a adoção do critério de “menor preço”, e que seria julgada vencedora a empresa que apresentasse o maior desconto;*
- *inexistência de um “canal de comunicação oficial” pela SES/DF para o recebimento de propostas, os quais são recebidos em “emails do Gmail” no caso de dispensa de licitação, e não por endereços eletrônicos institucionais, ao contrário de outros órgãos no DF, como a Secretaria de Estado de Economia, o que facilitaria a fiscalização “por parte dos setores competentes”;*
- *seleção da empresa classificada na “sétima posição nas propostas apresentadas”, em detrimento das outras seis que apresentaram o melhor preço;*
- *desclassificação “sumária” e “sem publicidade dos fundamentos” das propostas mais vantajosas apresentadas pelas seis empresas mais bem classificadas;*
- *a empresa contratada para a prestação do objeto em tela também foi contratada para a construção do Hospital de Campanha da Ceilândia ao custo de R\$ 10.488.201,61, “em processos que carecem de transparência”, objeto da Representação n.º 897/2020 pelo mesmo parlamentar e da Decisão TCDF n.º 3703/2020;*

Da análise que lhe incumbe, aponta as seguintes considerações:

6. Em relação às questões suscitadas na presente Representação, tem-se que o “exíguo prazo” entre a publicação do Aviso de Abertura do certame e a data limite para a apresentação de propostas constitui um elemento que merece ser esclarecido pela jurisdicionada.

7. A par do declarado pelo Representante, foi encaminhado e-mail⁴ pela SES/DF em 01.04.2020 convocando empresas interessadas para participarem da Dispensa de Licitação em comento, sendo que as propostas deveriam ser apresentadas até as 15h do dia 03.04.2020, ou seja, em apenas dois dias após a ciência da existência da intenção de contratar, o que requer a comprovação por parte da SES/DF de que esse prazo restrito de dois dias era de fato razoável e adequado para a apresentação de propostas, dada a complexidade do objeto em tela, detalhado no respectivo Projeto Básico.

8. Verificou-se no Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83, referente à Dispensa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, que resultou no Contrato Emergencial nº 067/2020 – SES/DF, que foram colhidas propostas de 15 (quinze) empresas interessadas:

(...)

9. Apesar de o número de interessados se mostrar expressivo, a ponto de indicar que não houve prejuízo à coleta de ofertas, é de se estranhar justamente a ampla adesão de empresas de engenharia que atenderam ao chamado da SES/DF em face do curtíssimo espaço de tempo disponível para a confecção das planilhas de preço e juntada da respectiva documentação.

10. Importa frisar que não está a se tratar de licitação stricto sensu, mas sim de licitação dispensada, de forma que o caráter “competitividade”, aqui retratado pelo quantitativo de interessados, deve ser um elemento acessório a ser considerado na análise das justificativas exigidas nos incisos II (escolha do contratado) e III (preço) do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993.

11. Assim, uma vez que a questão não foi verificada nas análises pretéritas, entende-se pertinente aprofundar os possíveis impactos do exíguo prazo de convocação no resultado do procedimento que resultou na contratação da empresa Contarpp Engenharia Ltda.

12. No que tange à alegação de que o Projeto Básico teria sido divulgado após somente a celebração do Contrato Emergencial nº 067/2020 – SES/DF, posto que o acordo foi assinado eletronicamente em 09.04 e 10.04.2020, verifica-se que a primeira versão do Projeto Básico foi juntada aos autos do referido Processo SEI em 31.03.2020, e uma segunda e derradeira versão em 01.04.2020. Portanto, anteriores à assinatura do contrato.

13. Da mesma forma, consta no e-mail, datado de 01.04.2020, enviado a diversas empresas a cópia do Ofício nº 453/2020 – SES/DF8, por meio do qual também foi encaminhado o respectivo Projeto Básico:

[...] CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, visando a implementação do Hospital de Campanha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento da doença do Coronavírus (COVID19), conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico anexo.

14. Quanto à seleção da empresa que apresentou a sétima melhor proposta, importante destacar que apenas a empresa RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES – EIRELLI apresentou intenção de recorrer um dia da publicação do resultado do certame, todavia, o recurso não foi conhecido pela SES/DF por ter sido considerado intempestivo.

15. Contudo, insta salientar que a matéria já se encontra em discussão nestes autos, tendo sido prolatada a Decisão nº 4360/2020, por meio da qual foi determinado que a SES/DF apresentasse justificativas em razão da inexistência de disposição fixando prazo para a interposição e exame de recursos:

Decisão nº 4360/2020

[...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) apresente circunstanciadas justificativas em relação às irregularidades a seguir, sob pena de aplicação de penalidade aos responsáveis:

[...] ii) cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993;

[...]

c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020;

16. Impende mencionar que a questão relativa à transparência do procedimento de contratação, atinente ao cumprimento da Decisão nº 3703/2020, se encontra em análise nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55-e, no qual foi prolatada a Decisão nº 4364/202011 nos seguintes termos:

Decisão nº 4364/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 6.422/2020- SES/GAB, bem como dos seus respectivos anexos (e-DOC B8EB2D21-c), remetidos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; b) do Ofício n.º 88/2020-CGDF/SUBTC (eDOC C4F86460-c) e dos anexos constantes das peças 66/71, encaminhados pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF; c) do documento de e-DOC B677BBC5-c, protocolado nesta Corte pelo Deputado Distrital Leandro Grass; d) do Ofício n.º 6.459/2020- SEEC/GAB (e-DOC 4209407C-c) e dos anexos de peças 90/96, encaminhados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF; II – com fulcro no art. 277, § 6º, do RI/TCDF, deferir o pedido constante do documento a que alude o item I.d, concedendo dilação de prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão, para que seja dado cumprimento às determinações constantes dos itens III e IV da Decisão n.º 3.703/2020; III – com espeque no art. 131 do RI/TCDF, autorizar o fornecimento de cópia integral dos autos, em meio digital, ao Deputado Distrital Leandro Grass; IV – dar ciência desta decisão à SES/DF, à CGDF, à SEEC/DF e ao parlamentar nominado no item III; V – autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas.

17. Por fim, quanto à inexistência de um “canal de comunicação oficial” entre a SES/DF e as empresas interessadas em contratar com o órgão, observa-se que o Representante não indicou eventual dispositivo legal violado. Por outro lado, não parece ser descabida a previsão de encaminhamento das propostas para o endereço eletrônico “dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com”, dada a particularidade excepcionalíssima de situação de calamidade pública no Distrito Federal decorrente da pandemia do COVID19, assim como as circunstâncias que indiscutivelmente passaram a limitar a atuação ordinária do gestor público, inclusive com a adoção de padrões diferenciados de cumprimento da jornada de trabalho e de rotinas administrativas, particularidades que devem ser consideradas a luz do disposto no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

art. 4º c/c Art. 3º, VII, da Resolução TCDF nº 333/2020.

18. Ante o exposto, entende-se que a maior parte das questões suscitadas na Representação já se encontra em análise perante a Corte de Contas no presente Processo e nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55, não tendo sido trazido aos autos fatos novos que demandem a reanálise destes fatos.

19. Apenas quanto ao curto prazo de convocação estipulado pela SES/DF para a apresentação de propostas para a Dispensa de Licitação nº 453/2020- SES/DF, tem-se que a questão merece ser melhor analisada à luz dos possíveis impactos no resultado do referido procedimento de contratação, motivo pelo qual se sugere o conhecimento da presente Representação.

Nessa toada, apesar de entender que a maior parte das questões levantadas na Representação já se encontra em análise nestes autos, bem como nos autos de nº 897/2020-55, o Corpo Técnico sugere o conhecimento da peça devido a necessidade de uma melhor análise no que tange ao curto prazo de convocação estipulado pela SES/DF para a apresentação de propostas para a Dispensa de Licitação nº 453/2020-SES/DF.

Foi juntado ao feito o Ofício nº 586/2020-GPCF (peça 60), proveniente da Segunda Procuradoria do MPJTCDF, que encaminha publicação no DODF Nº 193, de 09 de outubro de 2020, p. 76, tratando do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 067/2020-SES/DF.

É o relatório.

V O T O

Cuidam os autos, como relatado, acerca de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Mané Garrincha, para criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.

Nesta fase, examina-se a admissibilidade da Representação oferecida



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

pelo Exmo.º Sr. Deputado Distrital Leandro Grass, com objetivo de avançar na fiscalização relacionada ao processo de dispensa de licitação que ensejou na contratação da empresa Contarp Engenharia Ltda. para a adequação do Estádio Mané Garrincha para a implementação do aludido hospital de campanha.

Verifico que a Representação é o instrumento adequado ao conhecimento, por parte desta Corte, de irregularidades, ilegalidades ou abusos havidos no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos jurisdicionados mediante ajustes de qualquer natureza, conforme preconizado pelo artigo 230 do RI/TCDF.

De fato, demonstram-se presentes os requisitos de admissibilidade da representação, consoante incisos do artigo 230 do RI/TCDF, como bem analisado pelo Corpo Técnico. Ademais, entendo pertinente a realização de uma análise mais profunda em relação ao curto prazo de convocação estipulado pela jurisdicionada para a apresentação de propostas para a Dispensa de Licitação nº 453/2020-SES/DF, tendo em vista os possíveis impactos no resultado do procedimento licitatório.

Considerando que a maior parte das questões suscitadas já se encontram em análise perante este Tribunal nos presentes autos e nos autos de nº 897/2020-55 e que o Representante não trouxe novos fatos que demandem a sua reanálise, em primazia ao princípio do contraditório, coaduno com a sugestão de facultar à empresa Contarpp Engenharia o envio de suas manifestações no prazo de 5 (cinco) dias.

Ante o exposto, em concordância com a Instrução, em face das competências constitucionais do Tribunal de Contas para fiscalizar os órgãos e entidades da Administração e em observância aos princípios exarados no artigo 37 da Carta Magna, **VOTO** por que este egrégio Plenário:

I. conheça:

a) da Informação nº 91/2020 – DIASP1 (peça 62);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

- b) da Representação formulada pelo Deputado Distrital Leandro Grass (peça 57), pelo atendimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF;
- c) do Ofício nº 586/2020-GPCF (peça 60);

II. autorize:

- a) a ciência do *decisum* ao Representante, à SES/DF e à empresa Contarpp Engenharia, CNPJ nº 26.412.148/0001-27, facultando a esta a apresentação de manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, em observância ao princípio do contraditório, informando-lhes que tramitações futuras poderão ser acompanhadas no site do Tribunal, opção “consulta processual” ou mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail);
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para os fins pertinentes.

Brasília, em 4 de novembro de 2020.

MANOEL DE ANDRADE
Relator